

# Meta agora será aprovar projetos

Lúcia Toribio

Vinte e oito de fevereiro — aniversário do Plano Cruzado — será o «dia D» para desembaraçar os últimos nós deixados pelo mais recente sonho econômico nacional e coincidirá com a aprovação do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte. De posse deste documento — e só então — o governo identificará seus parceiros no Poder Legislativo e poderá estabelecer os canais de interligação entre o Palácio do Planalto e o Congresso.

Quase como medida preventiva — ao comunicar ao deputado Carlos Sant'Anna sua nova missão o presidente não especificou nenhuma «tarefa», se limitando a uma explanação teórica sobre sua futura atuação — o Palácio do Planalto colocou um «homem de confiança» na Câmara dos Deputados. Pelo seu plenário deve ser apreciado o projeto que está sendo preparado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, para esta-

belecer a política de aluguéis e financiamento da casa própria, última vértebra «engessada» — para usar a figura do ministro João Sayad quando explicou as medidas econômicas decretadas em festa um ano atrás — pelo Plano Cruzado. Aluguéis congelados, despejos proibidos, escassez de imóveis e falta de dinheiro para novas construções; pressões de proprietários, inquilinos e agentes financeiros. No projeto que está em gestação no anexo do Palácio do Planalto, o jurista Saulo Ramos procura compatibilizar esses interesses sem submeter o presidente a mais um desgaste frente à opinião pública.

Se o consultor conseguir esta façanha e o novo líder Carlos Sant'Anna garantir apoio suficiente para a sua aprovação, a nova Lei do Inquilinato terá tramitação normal — mas em caráter de urgência — na Câmara. Se não, o Plano Cruzado termina como começou: com a assinatura de Sarney sobre mais um decreto

presidencial.

## Cartas na manga

Sem pressa, o governo mantém no Congresso algumas «reservas morais» que podem ser utilizadas como trunfos caso os trabalhadores resolvam, mais uma vez, atender ao apelo presidencial ao pacto social. (A idéia, repetem diariamente os assessores palacianos, não está morta e os rumos unilaterais das últimas medidas econômicas vão mostrar o erro cometido pelas lideranças trabalhistas ao abandonar a mesa de negociações).

Tramitam, pelos corredores do Legislativo, com a morosidade característica da Casa, projetos do mais alto interesse dos trabalhadores, como a Lei de Greve e a Resolução 87, que altera a estrutura sindical e deve ser aprovada pelo Senado. A esses projetos, se o pacto for retomado, o governo pode juntar o aumento real do salário mínimo, que implicará em desindexá-lo dos pisos salariais das demais categorias profissionais.